



# Anais da Assembleia

Nº 13

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elisio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Educação e da Cultura e Diretor Executivo da Fundação Nacional de Material Escolar, solicitando aos mesmos, tomada de medidas necessárias e em caráter de urgência, visando a instalação de posto de atendimento da FENAME, no Município de Mal. Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

### JUSTIFICATIVA.

Não entendemos, Sr. Presidente, qual o motivo da ainda não instalação de posto de atendimento da FENAME -- Fundação Nacional de Material Escolar, em nosso município, já que os objetivos desta Fundação é o de auxiliar alunos carentes na aquisição do material escolar necessário à prática de suas atividades escolares.

Sabemos que, desde janeiro de 1979, através do Professor Joel Weçalovis, que leciona no Colégio Eron Domingues, com aproximadamente dois mil alunos, iniciou-se a luta em prol

deste benefício que contou, na época, com a interferência do nobre Deputado Werner Wanderer, e inclusive do próprio Governador, General Ney Braga.

Acontece porém, que passados três anos de espera e expectativa sem solução, achamos por bem reforçar a solicitação eis que os alunos carentes não podem ser sacrificados parcial ou totalmente por culpa de quem quer que seja e principalmente neste aspecto, pela negligência e falta de atenção das autoridades governamentais.

Esperamos que as autoridades constituídas, responsáveis pela educação e cultura de nossa gente, dêem mais atenção ao que requeremos, pois reflete totalmente a necessidade e a esperança do estudantado carente de nosso município, pois a espera nestes três longos anos não tem sido fácil.

Em última análise, se o objetivo da FENAME é oferecer material escolar aos carentes a preços de fábrica sem criar concorrência para o mercado tradicional, qual o motivo da falta de atenção para tal reivindicação?

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado à COPEL expediente sugerindo à mesma a transferência do vencimento das contas de luz residenciais no Município de Santo Antonio da Platina, do dia 03 para o dia 12 de cada mês.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1982.

(a) PALÁCIOS

### JUSTIFICATIVA.

A finalidade do presente é atender a classe assalariada, que no município recebe os seus vencimentos após o dia 12 de cada mês, e o não atendimento do requerido implicará em sérios transtornos, como já vem ocorrendo para os usuários de energia elétrica naquele progressista município do Estado do Paraná.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, sejam solicitados ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Sr. General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, as seguintes informações:

a) se foi efetivado convênio entre o Instituto e a Caixa Econômica Federal objetivando o financiamento de casa própria aos funcionários estaduais, e quais os bens que são financiáveis?

b) se afirmativo, qual o prazo previsto para duração do convênio?

c) qual o valor da verba prevista no convênio, bem como qual o número de funcionários inscritos e quantos já obtiveram financiamento, nominando-os e a quantia já financiada?

O presente pedido tem a justificar o fato de que existem alegações de que mais de vinte mil funcionários estão inscritos junto ao IPE, para obter financiamento para compra de casa própria, com recursos do convênio que teria sido firmado com a Caixa Econômica Federal para esse fim e apesar do longo prazo dessas inscrições não tiveram até agora qualquer solução,

causando sérios transtornos aos interessados, inclusive porque, nessa esperança, deixaram de fazê-lo, utilizando-se de recursos de outras fontes.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1982.

(a) LINEU TURRA

#### Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 24/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com área de 9.896,00 m<sup>2</sup>, localizado no perímetro urbano de Jacarezinho - Registro de Imóveis nº 2.067, fls. 01 da Comarca de Jacarezinho, Planta Jorge Melco, situada junto ao acesso rodoviário de Jacarezinho, anexo ao Parque Residência dos Operários do DER.

Art. 2.º A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação e destinada exclusivamente a sua utilização para fins de assistência social, revertendo ao patrimônio do Estado se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1982.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA.

A área que se pretende seja doada à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, é parte do imóvel pertencente ao Estado, cuja utilização não está mais em uso pelo Departamento de Estradas de Rodagem, e integra, conforme croquis anexo, parte de uma área que já foi doada pelo Estado à esta mesma Fundação.

Pretende agora a Fundação expandir sua ação social que vem desenvolvendo em prol da comunidade de Jacarezinho, e do Norte Pioneiro, razão pela qual há necessidade de um maior espaço para essa expansão.

O Estado, através do DER atualmente não está utilizando aquela área, motivo pelo qual estamos apresentando o presente plano de lei, para que seja efetivada a doação e assim ser, aquela área, aproveitada em prol da comunidade do Norte Pioneiro do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê). “O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Diretor do DETRAN/PR., Coronel Oswaldo Cruz, um PEDIDO DE INFORMAÇÕES com referência às chefias de CIRETRANS, conforme justificativa abaixo.  
JUSTIFICATIVA:

É de domínio público que o Brasil apresenta um dos índices mais elevados de mortalidade em consequência de delitos de trânsito, em relação à sua frota de veículos, no mundo ocidental.

Mais de 20 mil mortos anuais e 150 mil inválidos, são resultantes de fatores das mais diversas origens. A redução de nossa elevada marca de vítimas da área viária está a exigir um maior rigor na seleção dos elementos indicados para setores exclusivamente técnicos, como ocorre em grande parte da administração do DETRAN em outros Estados.

Conforme amplos e sucessivos noticiários dos órgãos de

comunicação do Estado, as CIRETRANS do Paraná alcançaram projeção nacional pelas fraudes que vêm sendo cometidas há vários anos, tornando-se verdadeiras ‘fábricas’ de criminosos do volante, pela leviandade com que são fornecidas carteiras de habilitação, além de outras negociações.

As CIRETRANS de outros Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, têm a chefia-las cidadãos integrados aos quadros da Secretaria de Segurança Pública, exigindo-se diploma de curso superior, por se tratar de órgão intimamente ligado à segurança da comunidade e de caráter estritamente técnico.

Assim sendo, PERGUNTO.

- 1) — Quais os requisitos técnico-profissionais exigidos do cidadão candidato à chefia de uma CIRETRAN no Estado do Paraná?
- 2) — É exigido algum nível de escolaridade e certidão de antecedentes criminais?
- 3) — Quantos Delegados de Polícia de Carreira do Paraná foram aproveitados na atual administração, em chefias de CIRETRANS?
- 4) — Em caso negativo, qual o motivo?
- 5) — Na forma de entender deste órgão (DETRAN/PR), tem o Delegado de Polícia de Carreira do Paraná capacidade técnica-profissional para o exercício de chefia de CIRETRAN?
- 6) — Quantas CIRETRANS do Paraná foram objeto de sindicâncias na atual administração?
- 7) — Quais as datas de início e conclusão das sindicâncias na atual administração?
- 8) — Em quais dessas sindicâncias foram aproveitados Delegados de Polícia para presidir-las?
- 9) — Qual o motivo determinante do afastamento dos Delegados de Polícia que presidiam a sindicância sobre corrupção na cidade de Maringá?
- 10) — Ainda com referência à pergunta anterior, por que não foram substituídos por outros Delegados de Polícia?
- 11) — Nome e função ocupada pelos atuais membros que presidem a referida sindicância.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1982.

Estas são as perguntas que fazemos e que esperamos contar com o apoio dos demais Companheiros de Casa, para que possamos levantar detalhes a fim de, pelo menos, minorar o problema neste setor. Porque, o que está acontecendo, é uma verdadeira politicalha, uma verdadeira politicagem dentro do DETRAN, com a escolha recaindo, para a chefia de CIRETRANS, de elementos que não têm nada a ver com o campo técnico-profissional deste setor. São elementos muitas vezes ex-Vereadores, pessoas ligadas a determinados Companheiros nossos, determinados também políticos ligados principalmente ao Partido do Governo.

Como estamos num ano eleitoral, estamos querendo que o Delegado de Polícia seja o escolhido para cargos de CIRETRANS, para comando de CIRETRANS, porque é um homem preparado, estuda para isto, se aperfeiçoa no setor de Segurança e nada melhor do que um Delegado de Polícia para comandar uma CIRETRAN, evitando que a politicalha continue prevalecendo.

Gostaríamos mais uma vez de solicitar o apoio de todos os Companheiros para este Pedido de Informações que fazemos ao Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN.

Por outro lado, gostaria também de lamentar o ocorrido na manhã de hoje, quando a segurança do Presidente da República, ao que me consta, proibiu a imprensa falada, no caso os radialistas, meus companheiros, de entrevistá-lo. Considero realmente um absurdo se for verdade a notícia, a informação que acabo de receber. Vou procurar saber melhores detalhes para chegar aqui e fazer o pronunciamento a respeito deste

lamentável incidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A má administração do dinheiro público tem sido uma constante no Estado do Paraná e hoje torna-se muito mais patente, ao se aproximarem as eleições para Governador. O Palácio Iguazu, apavorado com o crescimento da Oposição, tenta de todas as formas garantir o continuismo no Poder usando, para isto, de todos os meios imagináveis para que isto ocorra.

Um dos meios mais usuais é a pressão e marginalização dos municípios onde o Prefeito é da Oposição, como se isto viesse a resolver os seus problemas e garantir as eleições do candidato do PDS ao Palácio Iguazu em novembro próximo.

A marginalização se faz sentir quando os municípios têm à sua frente Prefeitos do PMDB, que passam a não receber verbas devidas por direito, como é o caso das verbas do PRÓ-SAFRA, que a grande maioria dos Prefeitos do PDS já receberam e que no entanto os do PMDB estão a aguardar já por alguns meses mesmo com seus projetos devidamente aprovados, como é o caso do Município de Campo Mourão, que tenho a honra de representar aqui nesta Casa. A resposta sempre é a mesma. Aos inimigos, nada.

Mas o povo não é inimigo, pois não deixou de produzir, de gerar riquezas, de pagar impostos, de cumprir com seus deveres, daí tendo o direito líquido e certo de receber do Governo não favores, mas o que lhe é devido. Enquanto isso o situacionismo instalado no Palácio Iguazu gasta milhões de cruzeiros para promover o seu candidato; municípios paranaenses ficam esperando a liberação de verbas, o que conseqüentemente prejudica milhares de produtores, que vêem seus produtos ameaçados de não chegarem aos centros consumidores, pela falta de conservação das estradas vicinais. Mas a resposta virá do grande Juiz que é o povo, que está cansado de ser marginalizado e espoliado. E essa resposta será dada nas urnas de novembro próximo, com o povo dando o destino certo aos seus anseios e aspirações.

E o braguismo no Paraná será sem dúvida alguma derrotado e uma nova ira surgirá para demonstrar ao resto da Nação brasileira que o povo honesto e honrado desta terra também sabe o que quer e o que deseja. Não será com verbas do PRÓ-SAFRA e outras, que o Governo comprará as consciências dos prefeitos oposicionistas, não será com as migalhas palacianas que o PDS engrossará as suas fileiras; não será com a usurpação dos direitos dos municípios, que se irá ludibriar o povo do Paraná.

A justiça poderá tardar, mas não irá falhar, um novo dia irá nascer e o povo do Paraná reencontrará o seu grande destino. O povo é sábio. 15 de novembro de 82 mostrará que o povo quer o PMDB no Palácio Iguazu.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Finalmente, depois da fala presidencial do dia 15 de março, segunda-feira, onde entre as festas de comemoração do seu terceiro aniversário de implantação na Presidência da República, o Sr. Presidente aborda ainda a moralidade como uma das coisas que se deve preservar, neste País.

E, ato contínuo, imediatamente após a abordagem do

aspecto moral, dos costumes públicos desta sociedade, vem o Presidente da República a contrariar a sua fala e a praticar mais uma imoralidade na coisa pública, permitindo o pacotinho de março, que na íntegra pretende se imiscuir na vida partidária do PMDB, a encontrar nesta legenda o descontentamento que ele parece não ver na sua legenda e nos outros partidos.

E a propor com data, a partir de 04 de fevereiro, o período de 180 dias, para que os descontentes na legenda do PMDB possam procurar na sombra de outras legendas os caminhos, o espaço e o contentamento que provavelmente lhes falem no partido maior da Oposição.

Não bastasse portanto, a abertura unilateral do período de filiação partidária, vem também o Presidente da República a propor mais uma excrescência na vida político-partidária brasileira, ao propor a extinção do voto de legenda, quando exatamente, Srs. Deputados, o pacote de novembro tinha como carro chefe da sua justificativa, a valorização dos partidos políticos com a vinculação total e geral dos votos das eleições de 15 de novembro de 1982.

Se de um lado o sistema pretendeu a valorização dos partidos políticos com a vinculação total dos votos, agora no seu projeto, no inciso segundo do artigo sétimo, ao propor o seguinte: se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número do outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito e para a legenda que pertence, salvo se ocorrer a hipótese prevista no número 4, do artigo anterior.

Sabe-se que a Nação toda, sabem aqueles que têm um enfoque histórico do processo social brasileiro, que todo o regime autoritário que se imponha a qualquer nação, tem como objetivo essencial e fundamental o continuismo e a continuidade no poder.

Mas, impunemente, Srs. Deputados, tal objetivo não se obtém, tal objetivo não se conquista se historicamente também nos esquecermos de que o filho primogênito de todo regime autoritário, o instrumental de luta de todo regime autoritário, passando pela repressão, passando pelo aterroramento da sociedade civil, tem necessariamente de usar como instrumental de luta, a corrupção dos recursos públicos, a corrupção da administração e a mais deslavada utilização dos recursos públicos para que essa continuidade se obtenha.

Em 18 anos de regime autoritário, todos os pretextos foram usados para que essa continuidade se observasse, para que a alternância do poder não se realizasse.

Assim, no quadro do bipartidarismo, o braço político da ditadura vigente manifestada na chamada Aliança Renovadora Nacional e a sociedade civil resistindo às imposições do autoritarismo, usava como seu canal legítimo o Movimento Democrático Brasileiro.

Mas, na alegação de que não se poderia colocar toda a Nação brasileira dentro dos limites estreitos de dois partidos, foi-se então buscar a argumentação de que a sub-legenda dentro de um mesmo partido político seria um instrumento para comportar dentro de uma mesma legenda, aqueles segmentos que estivessem em atrito eventual, regional ou micro-regional.

E, enquanto se dava a figura da somatória de legenda para cargos majoritários, para cargos que exigiam votação majoritária, instituindo-se o voto de legenda para as funções majoritárias, permanecia, entretanto, o instituto do voto proporcional partidário, consagrado nas eleições de 1945, consagrado na Constituição de setembro de 1946, repassado para a Constituição de 1967, outorgado pela estrutura do poder vigente, mantinha-se o voto proporcional partidário na Emenda Constitucional número 1, a famosa Constituição de 1969, imposta e outorgada à Nação pela Junta Militar que tomou de assalto o Palácio do Planalto, por ocasião do impedimento do então Presidente, Marechal Costa e Silva.

Se, naquelas oportunidades, a estrutura do Poder vigente, o autoritarismo vigente, não se sentiu encorajado de mexer no voto proporcional partidário, mas criando contra-senso e o absurdo do voto proporcional para cargos executivos, através da figura da sub-legenda, vem, agora, a Presidência da República a propor no pacotinho de março, a extinção do voto de legenda, e jogando a responsabilidade pública às Lideranças do Partido Democrático Social que teria solicitado do Palácio do Planalto tal medida.

Mas, é escusado dizer também, Srs. Deputados, que nós estamos correndo um risco muito mais sério do que os hipotéticos estragos que possam ser feitos na vida nacional, seja com a adoção da sub-legenda para os governos estaduais, seja a manutenção da sub-legenda para a disputa das Prefeituras Municipais, estabelecendo, portanto, para as eleições majoritárias os princípios básicos da proporcionalidade do voto, fazendo com que, muitas vezes, o candidato ao cargo majoritário menos votado, será consagrado com a vitória final, em função, exatamente, da proporcionalidade do voto representado pelo instituto da sub-legenda.

E, se de um lado, na pretendida pluripartidarização do País, através do projeto Golbery-Portella, se pretendeu a divisão da sociedade civil em muitos partidos, o pacto de unidade da estrutura do Poder vigente, esse, entretanto, não se rompeu. Permanece o mono-partidarismo para o autoritarismo vigente, e pretendem os autoritários no Poder que haja a pluripartidarização do País, exatamente em cima da sociedade civil, e exatamente em cima da Oposição brasileira.

Mas, não bastaram, ainda, os artifícios. Foi necessário o "pacote" de novembro. A reação ao casuismo de novembro provocou a incorporação dos dois maiores partidos da Oposição brasileira. De um lado, o Partido Popular, de outro lado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Mais a ameaça irracional do General de Plantão colocado na Presidência da República, sem a legitimidade da vontade popular, e sem a sagração das eleições e das urnas livres de qualquer democracia ameaçando a recrudescer. Mas, por mais que elaborassem os técnicos do subterrâneo do Palácio do Planalto, não lhes foi possível, entretanto, encontrar um pacote que pudesse, no seu bojo, trazendo mais medidas casuísticas, servir como uma reação à incorporação das duas grandes forças que representam a sociedade civil brasileira, o Partido Popular e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sentiram também que mesmo a prorrogação dos prazos que permitem aos detentores do poder, todo e qualquer forma de aliciamento àqueles que permaneceram firmes e leais à sociedade civil e nas trincheiras da Oposição, qualquer tipo de debandada, para as hostes governistas, ou para qualquer outra alternativa de oposição, ainda agora se apresenta, para a opinião pública nacional, e mesmo internacional, a extinção do voto de legenda, nas votações proporcionais partidárias. Mas, conservando, em contrapartida, a proporcionalidade do voto, nas eleições majoritárias.

Então, Srs. Deputados, quando advertimos para o sério risco que coloca à Nação brasileira, o "pacotinho de março", não é exatamente sobre o resultado das eleições de 15 de novembro de 1982. Porque, aí está a história brasileira, a mostrar, por exemplo, no fenômeno de 1974, que o nosso partido, não equipado com pessoal, não equipado materialmente para enfrentar a peleja daquele ano, teve, entretanto, a consagração e a legitimação popular, a partir das grandes vitórias obtidas pelo PMDB, seja na conquista de 16 cadeiras, no Senado da República, num total de 22 em disputa; seja na conquista da maioria da Assembléia Legislativa de 5 Estado do Brasil, somando eles, mais da metade do território geográfico do Brasil. Somando eles, quase dois terços da população brasileira, somando eles dois terços do eleitorado nacional. E somando eles, 75 por cento de todo o resultado tributário da produção bra-

seira.

Mas, não bastou apenas esse exemplo da História. Vem agora o "pacote de março" a tentar mudar, mais uma vez, a regra do jogo, ao tentar também extinguir o voto de legenda. O voto que valoriza o partido, o voto que representa a essência mesma da filosofia partidária que toda agremiação comprometida com as classes trabalhadoras, comprometida com a sociedade civil, comprometida com a Nação brasileira, deve trazer na sua carta programática. O argumento do "pacote de novembro", ao estabelecer a vinculação total de votos, foi, exatamente, o da valorização das legendas partidárias, que o "pacotinho de março" vem, num toque de caixa e numa simples penada, num simples momento de irascibilidade, do General Presidente, a derrubar por terra, mostrando que aquela advertência que o Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo fazia no dia 15 de março, à televisão, mostrando que a moral pública estava sendo enlameada, estava em jogo, ele mesmo é o portador da lama contra a moral pública brasileira, a desdizer-se do que fora dito em novembro e a pretender, mais uma vez, ludibriar a Nação brasileira, mudando as regras do jogo eleitoral para as eleições de 15 de novembro de 1982. Mas, é preciso também que, os homens que representam o autoritarismo vigente lembrem-se que a História tem sempre, para os ditadores, para os autocratas, para os prepotentes, para os arbitrários, um lugar certo na História que não é, seguramente, Srs. Deputados, no altar da Pátria, reverenciado pela Nação, reverenciado pelas gerações futuras, mas, muito longe do altar sagrado da Nação, e, sim, no vergonhoso cesto de lixo da História. É este o destino.

Quando, Sr. Presidente, Tiradentes ia se dirigindo ao patíbulo e lhe perguntaram se teria valido a pena a luta pela valorização dos princípios da Nação brasileira, pela independência e pela liberdade, ele, que também lutava contra uma estrutura de poder que pensava perpetuar-se no poder, que usava a corrupção para o continuísmo, que usava todo esse esquema de segurança para se impor, perguntaram, a Tiradentes, se teria valido a pena esse sacrifício, o seu martírio e perder a vida, enquanto que D. Maria I a Louca, permanecia cercada pelos bajuladores de sempre, nas Cortes de Lisboa, e Tiradentes, olhando para o céu, Sr. Presidente, disse:

— Dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria pelo bem da liberdade, nem que fosse por um dia!

D. Maria I a Louca, está no lixo da História, Tiradentes está no altar da Pátria!

Carregamos, Sr. Presidente, nas procissões cívicas da sociedade civil brasileira a resistir contra esta ditadura, contra este regime autoritário que quer se perpetuar, carregamos as cinzas dos nossos mortos!

As lágrimas dos órfãos, Sr. Presidente, as cabeças vergadas de tantas viúvas, mas, sabendo que nós estamos caminhando para o altar da Pátria, e, aqueles que se cercam de toda estrutura material estão caminhando para o lado oposto!

**O Sr. Tadeu Lúcio Machado** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo brilhantismo que se manifesta na oração de Vossa Excelência nesta tarde, e dizer que, realmente, mais uma vez o nosso País sofre um novo golpe, com a extinção do voto de legenda, mais uma vez a democracia pregada a quatro ventos, é machucada, como o foi tantas vezes neste período negro, desde 1964, mas temos certeza, nobre Deputado, que o povo haverá de fazer justiça e a data dessa justiça está marcada, a data em que Tiradentes haverá de sentir que o seu trabalho e a sua luta não foram em vão e que, a independência deste País será declarada, o será, no dia 15 de novembro, com a vitória das Oposições, para que se instale, neste País, a verdadeira democracia, para que todos os segmentos da nossa sociedade sejam representados, para que nos Parlamentos toda voz seja ouvida e toda classe tenha o seu repre-

sentados, para que nos Parlamentos toda voz seja ouvida e toda classe tenha o seu representante; temos certeza que, as Oposições haverão de criar uma nova Constituição e a nossa Carta Magna será respeitada. Após a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde todos os segmentos da sociedade, onde todas as pessoas terão uma Constituição para o seu bem estar e para a justiça social.

Quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que ainda um dia a nossa liberdade será declarada definitivamente, porque ainda temos homens como Vossa Excelência que realmente ama e quer uma democracia total e verdadeira.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e Vossa Excelência vem exatamente mostrar o grande remédio que o autoritarismo brasileiro sabe que é o remédio, mas caminha insensível aos anseios, aos apelos e desiderato da sociedade civil, que é exatamente um novo contrato social para este País. Uma nova Constituição, a convocação desta sociedade civil através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde as forças emergentes representadas, representarão a vontade soberana do povo, que há de gerar esse novo pacto social, materializado num contrato social, que será a Constituição brasileira, livre e soberana, porque livre e soberana será a Assembléia Nacional Constituinte que nós pregamos, livre e soberana é a sociedade civil que não se deixa vergar seja pela pressão, como não se deixou vergar pela repressão, não se deixa vergar pelo engodo e há de fazer deste País, realmente uma democracia, em que pesem todas as fanfarronices daqueles que sabem falar mas não sabem agir e não sabem ter uma prática política.

Tem o aparte, o Deputado Mário Celso.

O Sr. Mário Celso — Muito obrigado pela concessão do aparte.

Tenho a impressão de que o Governo (a princípio, pensava que ele estava perdido), mas hoje eu tenho consciência de que não, porque realmente nos porões do Palácio do Planalto são criados os mais diabólicos, os mais maquiavélicos projetos que geram realmente essa insegurança política que hoje nós vivemos. Essa extinção do voto de legenda naturalmente vem abalar a estrutura do próprio poder que criou o pluripartidarismo e conseqüentemente (pelo menos o falso pluripartidarismo) pretendeu-se, desta forma, valorizar os partidos políticos. Quer dizer que para valorizar os partidos políticos, com a extinção do voto de legenda, ele realmente, tira essa pretensão.

Ele não valoriza claramente os partidos políticos que ele se propõe a criar. Então eu fico realmente a imaginar o que nós não vamos ainda enfrentar daqui para a frente. Esse prazo de seis meses para mudança de partido então, vai ser uma verdadeira aberração ao partido, ao PMDB, ao PP, que ainda tem essa opção de mudar de partido em nova escolha. Chegam as convenções municipais, estaduais e nacional, conseqüentemente, ele já vai estar registrado oficialmente no partido, já vai estar com número já de candidato e se ele resolve optar então por um novo partido, aí eu não sei o que vai acontecer em termos de justiça eleitoral.

Vai ser um processo atrás do outro, conseqüentemente, sem tempo viável para que a Justiça possa dar um parecer em termos de eleições.

Assim sendo, aí está o que o Governo parece estar projetando, que é a prorrogação de mandatos, ou não entregar o poder, se perpetuar no poder, enquanto a referência de Vossa Excelência no que diz sentido ao pronunciamento do Presi-

dente, pregando o moralismo, um falso moralismo, pregando a valorização dos costumes, isso aí, realmente, foi a maior balela que já se viu nos últimos tempos. Quando ele enfrentou câmera de televisão num programa preparado, num vídeo-tape, ele, naturalmente, chamou à expectativa da Nação para o que ele iria se pronunciar. E na verdade, ele desviou o assunto, procurou levantar uma outra questão para fugir do assunto político, pregando um falso moralismo e, realmente, fazendo aquela imagem, a hipocrisia que nós vemos em tantos homens que governam esta Nação. Porque se ele quisesse naturalmente manter a ordem, a moral e os bons costumes, ele poderia acionar os seus órgãos competentes para motivar esse tipo de ação.

Nós vemos hoje aí revistas e mais revistas sendo criadas, depois de "Status", "Playboy", "Ele e Ela", que tem um certo nível, apareceram revistas da pior espécie, com mulheres, homens totalmente despidos praticando realmente atos sexuais claramente, para até criança, se quiser ver, vai em qualquer banca e consegue comprar. Então, isso aí, nós observamos sem que o Governo tome qualquer medida de precaução. Censuram músicas como a censura censurou dias atrás a música de Roberto Carlos que ele fez para o "Sonho da Alice", é uma peça infantil que a Myrian Rios faz no Rio de Janeiro, a censura censurou a música de Roberto Carlos. No entanto, deixa passar "Banho de Espumas" da Rita Lee, que ela fala das suas partes íntimas, a outra música "Lança Perfume", que fala de "quatro no ato".

Então, são determinadas coisas que não se entende num País que se diz moralista. Pelo menos o homem que governa diz que é um País que tem que pregar bons costumes e tal. Mas, ele não achou, nos seus instrumentos, meios para cercar esse tipo de nudismo, e depois vem querer enganar o povo através de um programa de televisão, dizendo que, realmente, temos que alertar para isso, para aquilo ... desviando totalmente o pronunciamento e querendo desviar a atenção do público, que não engana mais ninguém. O Brasil de hoje está super alerta que os homens que estão no Poder estão querendo se perpetuar lá em cima.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Deputado Mário Celso, agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer a Vossa Excelência que regime que coloca seus soldados contra trabalhadores que reivindicam salários atrasados há mais de um ano - como o caso dos trabalhadores da CIFERAL, mas que, em contrapartida, socorre com mais de 500 milhões de dólares as financeiras falidas, porque representam parte desta elite e da estrutura de poder vigente. Governo que coloca suas tropas contra os estudantes, mas, em contrapartida, co-participa de banquetes com os donos das indústrias educacionais do País, não tem moral para falar em moral.

Regime que emite o "pacote de novembro" com o pretexto da valorização dos partidos políticos e emite em março, o "pacotinho de março", a valorizar o indivíduo dentro do voto...

O Sr. Trajano Bastos - (Pela ordem) — O Deputado Renato Bernardi poderá dispor do Horário da Liderança do PMDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço ao Líder da minha bancada a deferência de me conceder este horário.

Sr. Deputado Mário Celso, este regime e esta representa-

ção também valorizar o indivíduo, contra a ideologia partidária, não tem também moral para falar em mais nada.

Mas corremos, Srs. Deputados, um grande risco com as eleições de novembro que parecendo uma verdadeira múmia do Egito antiga, remendada aqui e acolá com "pacotinhos de abril", "pacotes de novembro", "pacotinhos de março", o "pacote de maio" a representar a Lei Falcão, a dar todas as prerrogativas ao oficialismo vigente, a procurar criar obstáculos à sociedade civil através de seus canais legítimos de representação, corremos o risco de termos uma eleição com a mesma credibilidade internacional que tem a vitória do General Guevara.

Esta vitória do General Guevara repudiada na América, repudiada na Europa, contestada pelos seus parceiros de extrema-direita, desacreditada pela Nação da Guatemala, as eleições, qual múmia antiga, remendada por tantos e tantos "pacotes", poderá também ter a mesma credibilidade que terão as eleições gerais de 28 de março na República de El Salvador.

Será apenas uma farsa, ao tentar dar, exatamente, Sr. Presidente, o que falta aos homens que estão no poder: que é a legitimidade popular, porque este Governo, por não ser constitucional, por não ter a sua origem nas urnas populares, ele tem dentro de si o câncer fatal que corrói o organismo de qualquer administração institucionalizada, qual seja, a falta da legitimidade popular, da legitimidade de mandato.

Sabe perfeitamente o General Figueiredo, sabem os seus vassallos tecnocratas, que usufruem as benesses dos gastos astronômicos e mordômicos, sabem que se houvesse ao menos uma oportunidade, ao menos a menor possibilidade de ganhar as eleições num pleito limpo, honesto, sério e realmente democrático, eles dariam as eleições livres, limpas e democráticas.

Teve esta pretensão o autosuficiente e imperial General Geisel que, achando que respaldado pelo pano de fundo verde-oliva, teria também a autoridade diante da Nação, tentou eleições limpas em 74 e está com as costas ardendo até hoje no retiro tranqüilo e milionário de Teresópolis.

Aí ele se vingou da Nação, editando o "pacote de abril" de 77.

Sabe o General Figueiredo que lhe falta legitimidade; porque quem peca pela origem, peca pela nulidade e peca por ciência própria.

O General João Baptista Figueiredo é o primeiro cidadão deste País a conhecer a sua origem, e portanto a saber claramente que o seu Governo está sendo corroído pelo vírus canceroso da falta de legitimidade popular.

Por isto, as eleições terão que ser casuisticadas; terão que ser corrompidas, terão que ser empacotadas. Mas não basta um pacote; vêm dois. E é preciso então que a sociedade civil reaja da mesma forma, como se está reagindo contra esta palhaçada histórica da Lei Falcão. Que não admite a presença do político, no mais moderno e mais atual meio de comunicação que a tecnologia humana desenvolveu, que é a televisão. Mas se de um lado, com o regime vigente burla e violenta a Lei Falcão, a comprar horários que não são pagos diretamente, para apresentação de autoridades que não estão prestando contas do seu Governo, mas estão pleiteando cargos para a frente, às custas do erário público, deste mesmo erário que não tem dinheiro para a saúde, não tem dinheiro para a educação, mas tem 530 mil cruzeiros mensais, a dar vitaliciamente, de prêmio e de recompensa, ao jurista Alfredo Buzaid, como prêmio de recompensa, por ter sido o algoz da nacionalidade. Por ter sido o carrasco do AI-5. Por ter sido o tirano do Governo, de triste memória, do General Presidente, de 69 a 73.

Aí está de um lado, a Lei Falcão, sendo furada pela

corrupção, pelo abuso do poder político, do poder administrativo, dos cofres municipais, estaduais e federal.

Mas, de outro lado, Srs. Deputados, são os profissionais da comunicação, a tentar furar as razões de empresas das grandes redes e a estabelecer o debate sadio franco e aberto, das idéias políticas e das idéias sociais.

Fazendo com que a Lei Falcão cumpra mais uma vez aquele ditado: que o uso consagra a norma. E este mesmo Ministro Armando Falcão, com medo até da própria sombra, sabe que está condenado eternamente, porque eternamente a Nação brasileira há de se lembrar de homens como Alfredo Buzaid, homens como Armando Falcão, para conservá-los cada vez mais profundamente, sepultados e enterrados no aterro sanitário da história, que não perdoa a traição, não perdoa os inimigos do povo e não perdoa àqueles que, mesmo se cobrindo com a maquiagem da boa intenção, com as desculpas da boa fé, com os pretextos de um espírito liberal, servem entretanto como braço político do autoritarismo e, portanto, atrasam e criam uma barreira para a evolução da história e para a marcha libertária e emancipadora do povo brasileiro.

Então, não bastam apenas as determinações do "pacote de março" consagrando e exaltando o individualismo do candidato dentro da legenda, ou da ideologia partidária e programática que ele defende, se de outro lado, o pretexto da vinculação total dos votos, pretende o fortalecimento dos partidos.

Não basta o "pacote de novembro", não bastará o "pacote de maio", a criar a propaganda paga e remunerada das televisões brasileiras. Pagamento este feito por vias indiretas, pagamento simbólicos, pagamentos meramente nominais, quando ocupados pelos áulicos do poder, mas cobrado a peso de ouro e adiantadamente quando pretendidos pelos representantes da sociedade civil que lutam e anseiam pela sua emancipação e liberdade.

Não bastam apenas estes obstáculos, pode um regime vigente assumir um risco histórico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer com que as eleições brasileiras percam a credibilidade internacional e o pecado maior do autoritarismo vigente continue a corroer-lhe as suas entranhas que é, exatamente, a falta de legitimidade.

Era possível admitir-se um ato de força nos idos de 64, como um período de transição, como uma fase representativa de uma ruptura no processo social brasileiro.

Mas, não se pode impunemente estender este período por 18, ou 20 anos, porque, aí, existirá a exaustão, o asco e o desprezo da Nação por aqueles que provocaram, com as suas medidas, com as suas atitudes, o grande divórcio entre o querer do Estado e os anseios e os desejos da Nação.

É preciso que haja realmente um reencontro entre a Nação e o Estado.

Aqueles que estão hoje representando a estrutura de poder vigente, sabem que não representam uma Nação, e não vão indefinidamente embulhar essa Nação com os "pacotinhos de novembro" de abril ou de março".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Ausente, consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu vou ocupar por 10 minutos e o restante pelo Deputado Fuad Nacli.



O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como bem disse o poeta e hoje já houve diversas citações a este respeito. “A festa acabou, a luz apagou e agora José”.

É essa pergunta que eu faço ao Senador do Paraná, Sr. Leite Chaves, que teve a sua petição rejeitada “in limine” pelo relator da matéria no Tribunal de Justiça do Estado.

Eu volto a este assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem me ater especificamente às razões que levaram o nobre Senador Leite Chaves a mentir ao povo do Paraná, a mentir à Justiça do Paraná, na sua petição.

Não vou entrar no mérito da petição do nobre Senador. Também não vou dizer que foi um Senador omissos, que jamais tenha trabalhado pelo Paraná, porque não conheço, não conheci nada de Sua Excelência, e não acredito que um homem público, eleito com a votação extraordinária como foi o Senador Leite Chaves, em 1974, tenha passado oito anos em branco, no Senado Federal. Não acredito. Qualquer cidadão tem que ter um mínimo de espírito público, para fazer o mínimo pela sua gente, pelo seu Estado.

Portanto, não quero entrar neste mérito também.

Mas, ontem, ao rebater a nota do Presidente do PDS, Deputado Norton Macedo, o nobre Líder do PMDB, nesta Casa, Deputado Trajano Bastos, o fez com elegância, usou o direito que assiste a todos, nesta Casa, de defender o seu correligionário, de uma nota um tanto ácida, emitida pelo Presidente do PDS. Também não vou entrar neste mérito.

Mas, apenas, vou abordar um assunto que já abordei na tarde de ontem, em aparte que me concedeu o nobre Deputado Trajano Bastos.

E quando eu digo que o Senador Leite Chaves mentiu ao povo do Paraná, e mentiu à justiça, quando ele diz: “Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná”, e diz que “os empréstimos contraídos pelo Estado do Paraná somam 603 milhões e 700 mil dólares”, Sua Excelência sabe e sabia, na hora da petição, ou sabia e sabe, que esses empréstimos vêm desde 1973, 1974, 1977, 1978, 1979 e, a partir do n.º 87/79, 61 milhões de dólares, é que são de responsabilidade do atual Governo do Paraná, Ney Braga.

Então, nós somamos apenas 196 milhões de dólares contraídos pelo Sr. Governador Ney Braga em empréstimos externos.

Portanto, aí já começou a má-fé da petição do Senador Leite Chaves.

Mas, isto ainda seria passável, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se ele não tentasse mistificar a opinião pública, quando ele diz, na sua petição que, “reiteradas vezes”, solicitou ao Senado Federal a prestação de contas do Governo do Estado com relação a esses empréstimos, e que o Governo do Estado fez “ouvidos de mercador” às suas solicitações.

E ele transcreve um despacho dado pelo Presidente do Senado, Jarbas Passarinho, através do Ofício SM/166 de 23/04/81 do Senado, do teor seguinte: (lê)

“Senhor Senador. Em atendimento ao disposto no requerimento de informações n.º 552, de 1980, tive o ensejo de solicitar, na forma regimental, através dos ofícios tais e tais, respectivamente, de 01/12/80 e 16/03/81, o pronunciamento do Poder Executivo sobre a aplicação dos recursos financeiros liberados pelas Resoluções 31 a 87, de 1979, ao Governo do Paraná.”

Então, aí é que mentiu o Senador Leite Chaves. Procurou mistificar a opinião pública do nosso Estado, dizendo que o Governador do Estado, tinha sido interpelado, diversas vezes, pelo Presidente do Senado e não havia dado atenção à nossa mais alta Casa de Leis do País. Sua Excelência errou por duas vezes: primeiro, porque o Governo do Estado não está obrigado a fazer

prestações ao Senado Federal, e sim o Tribunal de Contas a esse Poder. Em segundo, porque a sistemática do Senado Federal, com relação a pedido de informações: eles são, automaticamente, encaminhados ao Ministro Chefe da Casa Civil.

Esta foi a informação que o Presidente do Senado deu ao Senador Leite Chaves.

O pronunciamento do Poder Executivo sobre a aplicação dos recursos financeiros, liberados pelas Resoluções 31 a 87, ao Governo do Estado do Paraná. Poder Executivo da República, não o Poder Executivo Estadual. Jamais o Governo do Estado recebeu uma solicitação do Senador Jarbas Passarinho, nesse sentido. E nem poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E o nobre Senador Leite Chaves sabia que o Poder Executivo a que se referia o Presidente do Senado, era o Poder Executivo Federal, a quem compete prestar informações ao Congresso Nacional. E vê Vossa Excelência que os Regimentos Internos de todas as Assembléias Legislativas Estaduais, nenhum permite proposição de nenhum de seus membros, solicitando informações ao Governo da União. A Mesa desta Casa, mesmo, tem cansado de deixar de receber requerimentos neste sentido, porque é uma invasão de atribuições. É uma invasão de poderes. E é sobre esse particular que ocupo a tribuna, sem entrar no mérito da petição do Senador Leite Chaves ao Presidente do Tribunal de Justiça, ele estava nos seus direitos, apesar de que ele invocou aqui, a lei errada — diga-se de passagem. Porque ele diz: “Lei n.º 1079, de 10/04/50, Artigo 75.”

Foi baseado nesta lei que ele interpelou o Governo do Estado.

Mas, acontece que esse artigo diz: “qualquer cidadão poderá representar contra o Governo do Estado, por atos que julgue — não me lembro bem da redação deste artigo — mas parece ser essa: “qualquer cidadão poderá interpelar o Governo do Estado, sobre atos que julgue lesivos aos interesses públicos, através da Assembléia Legislativa”.

Por essa razão é que o relator, “in limine” talvez, não sou jurista, mas a Casa está cheia de juristas, eu não sou, rejeitou a solicitação, a petição do Senador Leite Chaves.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Gostaria de responder, por partes, a argumentação que Vossa Excelência levanta da tribuna.

Primeiramente, quero afirmar que não pretendo discutir o despacho do Desembargador na petição que o Senador Leite Chaves encaminhou ao Tribunal de Justiça. Mas, preciso fazer alguns reparos a algumas de vossas afirmações, com respeito a pessoa do Senador Leite Chaves.

Primeiro, Vossa Excelência afirma que o Senador mentiu em sua petição...

(É retirado o som).

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência conceda mais cinco minutos ao Sr. Deputado Erondy Silvério a fim de me dar chance de responder a Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está esgotado o tempo concedido ao Deputado Erondy Silvério. Os restantes cinco minutos são destinados ao Sr. Deputado Fuad Nacli. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**EM VOTAÇÃO** — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar à Prefeitura Municipal de Irati, área de terra pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA”, com sede em Rio Negro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO** — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

14 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 121, 127 e 155/81.

**EM VOTAÇÃO** — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

Levanta-se a sessão.

## 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 2.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1982 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Jurandir Messias.

Às 16:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leonidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO”, com sede e foro em Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.